



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

COMITÊ GESTOR DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - CGSI

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2022 – 23 de março de 2022

1. Data: 23 de março de 2022.

2. Horário: das 15:00h às 18:00h.

3. Local: Palácio do Planalto, 4º andar, sala 97, Brasília-DF.

4. Integrantes

- Brigadeiro do Ar (R1) Osmar Lootens Machado, Coordenador do Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI);
- Dr. Marcelo Paiva Fontenele, Secretário-Executivo do CGSI; e
- Membros do CGSI, titulares e suplentes, indicados pelos Ministérios, órgãos e entidades da administração pública federal.

5. Convidados

- General de Exército (Ref) Augusto Heleno, Ministro de Estado Chefe do GSI/PR;
- General de Brigada (Ref) Antônio Carlos de Oliveira Freitas, Assessor Especial de Segurança da Informação; e
- Sr. Emerson Dilamar Vendruscolo, do Conselho Nacional de Justiça.

6. Abertura

A reunião teve início às 15:00h com as palavras de abertura e de saudação aos presentes por parte do Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).

O Ministro de Estado Chefe do GSI/PR informou o propósito da 1ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor de Segurança da Informação de 2022, ratificando que a segurança da informação é um grande desafio para todas as organizações.

Informou, ainda, que 2022 será um ano de grandes novidades em segurança da informação por conta da situação brasileira e mundial, que despertará um grande interesse pelo espaço cibernético. O Ministro destacou, ainda, que a minuta do projeto de lei da Política Nacional de Segurança Cibernética (PNSC) foi encaminhada a Ministérios para análise e que, após a consolidação das contribuições e o despacho com o Presidente da República, será submetida à apreciação do Congresso Nacional.

Na sequência, o Coordenador do CGSI agradeceu a todos os participantes pela presença e pelo interesse na segurança da informação, reafirmando o trabalho realizado pelo GSI/PR por meio das visitas técnicas aos Ministérios, ocorridas em 2021.

Em seguida, passou-se a palavra ao Secretário-Executivo do CGSI, que apresentou os tópicos previstos na pauta da reunião, a saber:

- a) apresentar o andamento da implementação da Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos (ReGIC);
- b) alertar quanto à adequada gestão de segurança da informação por entidades e órgãos públicos e riscos de responsabilização de servidores e gestores da alta administração;
- c) apresentar análise de proposta de criação de equipe dedicada à gestão de segurança da informação na estrutura de cada órgão e entidade, conforme proposto na 2ª Reunião Ordinária do CGSI de 2021; e
- d) informar sobre a revogação das Normas Complementares DSIC/GSI/PR nº 7, 16 e 19, que tratam respectivamente sobre controles de acesso relativos à segurança da informação, desenvolvimento e obtenção de software seguro e padrões mínimos de segurança da informação para sistemas estruturantes.

7. Desenvolvimento

O Secretário-Executivo do CGSI passou então à apresentação do item "a" da pauta, discorrendo sobre os principais objetivos da ReGIC. Informou a todos da necessidade de

se realizar pedido formal ao GSI de adesão dos órgãos e das entidades às redes coordenadas pelo CTIR Gov, além da existência de uma seção com dúvidas frequentes sobre a ReGIC na página do CTIR Gov.

Destacou-se a presença de representante da Controladoria-Geral da União (CGU) que, de acordo com a PNSI, é o órgão de controle interno, que apoia os órgãos e as entidades no cumprimento das normas de segurança da informação emitidas pelo GSI.

Por oportuno, a representante da CGU ratificou a disponibilidade da CGU em auxiliar na verificação do cumprimento de normas e de acórdãos, permitindo aprofundar os estudos na área e criar planos viáveis a serem executados.

O Assessor Especial de Segurança da Informação destacou que o trabalho do Tribunal de Contas da União (TCU) e da CGU vem sendo altamente colaborativo e cooperativo. Ele ressaltou, ainda, que o TCU criou um setor de acompanhamento da questão de segurança cibernética no Governo. Afirmou ainda que caso algum presente se depare com um problema que não saiba resolver, pode recorrer a ambos os órgãos para receber orientações quanto ao cumprimento dos normativos existentes.

A representante da CGU destacou ainda que as áreas de auditoria e de fiscalização estão em evolução como qualquer outra área de conhecimento. Ela afirmou que anteriormente eram realizadas auditorias de conformidade, que têm por finalidade a verificação do cumprimento da lei. Atualmente, entende-se que os órgãos e as entidades possuem diferentes realidades quanto ao orçamento, tecnologia, conhecimentos e recursos. Dessa forma, as auditorias atuais não buscam apontar o "certo ou errado", mas sim construir, de forma colaborativa, um plano de adaptação, baseado nos diferentes níveis de maturidade em segurança da informação. Assim, busca-se trabalhar conjuntamente, traçando um plano para atingir o objetivo da melhoria do serviço público brasileiro.

O Assessor Especial de Segurança da Informação trouxe à discussão o tema responsabilidade, quando afirmou que uma falha de segurança em um órgão, ou em entidade vinculada, é de responsabilidade da alta administração, responsável pela prioridade na aplicação de recursos.

Por fim, o Secretário-Executivo do CGSI salientou que os normativos do GSI/PR, em vista das peculiaridades dos órgãos e das entidades, possuem caráter bastante abrangente, contemplando os requisitos mínimos de segurança da informação a serem

atendidos. Portanto, cada organização deve adaptar o cumprimento de tais normativos a sua realidade.

Na sequência, o Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Gestão de Segurança da Informação (CGGSI) passou à apresentação do item "b" da pauta. Ele iniciou a apresentação destacando o Ofício Circular nº 1/2022, da CGGSI/DSI/GSI/PR, que trata do controle de acesso e *backup* nos órgãos e nas entidades da APF, citando a necessária preocupação com a continuidade da prestação de serviços essenciais à população. Ainda sobre o Ofício citado, sugeriu-se a segmentação dos perfis de acesso dos órgãos, bem como de suas empresas contratadas, buscando, dessa forma, a segurança dos dados nas redes. Foi destacado que, na falta de recursos financeiros, deve-se fazer com que fique registrada, ao menos, a tentativa de busca desses recursos.

O Coordenador-Geral da CGGSI destacou, por fim, que se deve ter especial atenção aos serviços de armazenamento de dados em nuvem para evitar, por exemplo, que empresas contratadas e servidores não autorizados tenham acesso a senhas de administradores dos sistemas, fato que é inaceitável, por se tratar de uma medida básica de segurança da informação.

O representante do Ministério da Infraestrutura sugeriu que o GSI/PR desenvolva uma campanha comunicativa para destacar a sensibilidade e a importância da segurança da informação em todos os órgãos. Ele afirma que uma campanha executada pelo GSI/PR traria maior importância aos debates internos nos órgãos e nas entidades da APF.

Sobre o assunto, o Ministro Chefe do GSI afirmou que já se iniciou um trabalho de visita a cada ministério, de forma a direcionar as atividades, esclarecer dúvidas existentes e debater pontos sensíveis.

Em seguida, o Secretário-Executivo do CGSI citou as iniciativas do Departamento de Segurança da Informação (DSI) nesse sentido. Ele afirmou que, no ano de 2021, foram realizadas visitas a diversos Ministérios para auxiliar na habilitação para tratamento de informação classificada. Sobre o assunto, ele destacou que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) foi o oitavo Ministério habilitado como Órgão de Registro Nível 1 para o tratamento de informação classificada. Além disso, citou a visita de secretários-executivos ao posto de controle do Núcleo de Segurança e Credenciamento, visando conhecer a estrutura de operação para tomá-la como referência em seus

Ministérios. Ainda quanto às campanhas de conscientização, ele citou que são divulgados Boletins Informativos Mensais (BIM) do GSI e incentivou que o documento seja difundido, inclusive, para as entidades vinculadas.

Salientou, também, a atuação do CTIR Gov na troca de informações sobre incidentes cibernéticos com os órgãos e as entidades da APF e, por fim, destacou que estão em elaboração outros projetos de conscientização sobre a importância da segurança da informação.

O representante da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR) afirmou que o ofício enviado pelo DSI sobre controle de acesso e *backup* gerou dúvidas na SEGOV e nos demais ministérios palacianos, em virtude das particularidades da Presidência da República. O Secretário-Executivo do CGSI informou que existe o Comitê de Governança Digital da Presidência da República, composto por gestores de segurança da informação dos quatro Ministérios citados, incluindo os gabinetes pessoais do Presidente da República e do Vice-Presidente, o qual poderia esclarecer o assunto. Ele destacou que se encontram em andamento Planos de Ação para implementação de atividades de segurança da informação na Presidência da República.

Por oportuno, a representante da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), esclareceu que, atualmente, ela é a coordenadora do Subcomitê de Segurança da Informação da Presidência da República e que a SG/PR possui um gestor de segurança da informação da Presidência da República, o qual sincroniza todas as ações de segurança da informação dos órgãos da PR.

Por fim, a assistente da Assessoria Especial de Segurança da Informação do GSI/PR, com vistas a complementar as ações de conscientização em segurança da informação realizadas pelo GSI/PR, informou existir trabalho sendo realizado com apoio da Embaixada Britânica no Brasil para criação de campanha piloto com foco nos adolescentes de treze a dezessete anos. Tal trabalho tem a finalidade de realizar abordagens iniciais e conscientização sobre a importância dessa área. Afirmou também que esse trabalho do GSI/PR estende-se à sociedade brasileira, e não somente aos órgãos e às entidades da APF.

Em seguida, passou-se à apresentação do item “c” da pauta pelo Diretor de Privacidade e Segurança da Informação do Ministério da Economia (ME), que ratificou a importância da criação de equipe dedicada à gestão de segurança da informação no ME. Ele ressaltou o cuidado com a autonomia dos ministérios para criação dessa estrutura de gestão, citando parceria com o GSI/PR e com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Em seguida, elencou os sistemas informacionais críticos da APF, baseado no acórdão 1.889/2020 do TCU, e destacou a criação do Programa de Privacidade e Segurança da Informação, com o objetivo de elevar a maturidade e resiliência dos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) nessa área. Citou ainda cinco controles básicos a serem executados pelos órgãos: governança, tecnologia, metodologia, pessoas e maturidade. Por fim, apresentou, como sugestão de uso, um *framework* de segurança cibernética e privacidade de referência internacional.

O representante do Ministério de Minas e Energia questionou o representante do ME sobre a possibilidade de criação de cargos comissionados para a estrutura de Segurança da Informação dos órgãos e das entidades. Em resposta, o representante do ME informou que sua área não é responsável pela criação de cargos e salientou que não acredita na possibilidade de atendimento desses pleitos no momento, em função da limitação de recursos financeiros.

Em seguida, o representante da Casa Civil, afirmou que, na última reunião, fez um comentário sobre a implementação de um “welcome kit”, que facilite a adaptação dos servidores nas funções ligadas à segurança da informação. Em resposta, o Secretário-Executivo do CGSI destacou que o DSI, por meio da Coordenação-Geral de Gestão de Segurança da Informação, está desenvolvendo uma cartilha de gestão de segurança da informação, que será distribuída, em breve, aos órgãos e às entidades da APF.

O representante da Casa Civil sugeriu, ainda, a possibilidade de criação de uma carreira específica na área de segurança da informação e, apesar de elogiar os normativos do GSI/PR, ponderou que o gestor de segurança da informação, na prática, acumula funções, não se dedicando exclusivamente às atividades de segurança da informação, o que prejudica sobremaneira o desempenho destas funções.

Sobre o assunto, o representante do ME destacou uma prática de sua Pasta quanto à realização de concurso para função temporária na área de segurança da

informação, para permanência máxima de cinco anos, uma vez que há grande dificuldade para a criação de cargos e carreiras no momento.

O representante do Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos, comentou sobre a segregação de funções em seu Ministério, afirmando haver incompatibilidade entre as atividades, tendo em vista que ele não pode fiscalizar o próprio trabalho, sendo gestor de tecnologia da informação e, cumulativamente, gestor de segurança da informação.

O representante do ME, por fim, enfatizou a importância e a urgência de se implementar as cinco ferramentas de controle básicas, citadas em sua apresentação, até 31 de dezembro de 2022, demonstrando preocupação com a continuidade de execução das políticas públicas.

Encerrando a pauta, o representante do Ministério da Agricultura comentou que existem nos Ministérios o Comitê de Segurança Digital e o Comitê de Segurança da Informação. Portanto, buscando melhor aproveitamento das atividades, seria importante o alinhamento e harmonização desses comitês.

Em seguida, passou-se à apresentação do item "d" da pauta pelo Coordenador Geral da CGGSI, o qual ratificou a elaboração da Cartilha de Gestão de Segurança da Informação, em fase final de elaboração. Destacou, ainda, que, durante a revisão dos normativos publicados, foram encontradas oportunidades de melhoria, que serão abordadas em breve pelo GSI/PR.

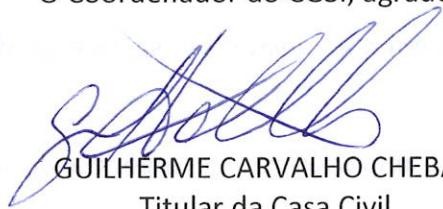
O Assessor Especial de Segurança da Informação, voltando ao assunto sobre recursos escassos para a segurança da informação, destacou que é comum a ocorrência de limitações de recursos financeiros para a execução das atividades dos órgãos e das entidades da APF, tendo por base as diversas demandas públicas. Dessa forma, é necessário que o gestor de segurança da informação assoure a alta administração e busque conscientizá-la sobre a relevância de suas atividades, de modo que ocorra a priorização dessas atividades. Além disso, deve considerar a relevância do tema e os riscos inerentes ao assunto, além da responsabilização da alta administração, já citada anteriormente.

Por derradeiro, o Secretário-Executivo do CGSI perguntou se algum integrante do CGSI desejava se manifestar sobre algum outro assunto. Não havendo manifestação da

intenção pelos presentes, procedeu-se à leitura do extrato da ata e à finalização da reunião.

8. Encerramento

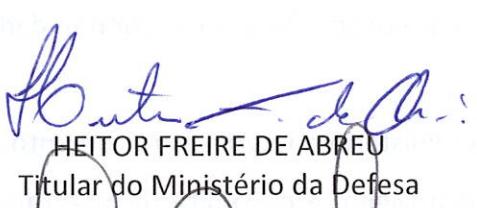
O Coordenador do CGSI, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.



GUILHERME CARVALHO CHEBAB
Titular da Casa Civil



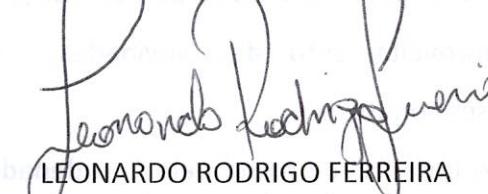
RODRIGO LANGE
Titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública



HEITOR FREIRE DE ABREU
Titular do Ministério da Defesa



MARIA CLARA DE ABREU RADA
Titular do Ministério das Relações Exteriores



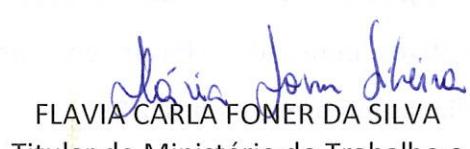
LEONARDO RODRIGO FERREIRA
Suplente do Ministério da Economia



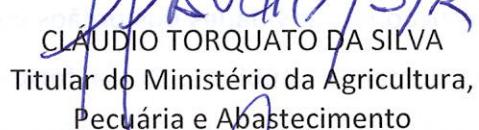
FRANKLIN SILVA NETO
Suplente do Ministério das Relações Exteriores



WAGNER DE LIMA OLIVEIRA
Titular do Ministério da Infraestrutura



FLÁVIA CARLA FONNER DA SILVA
Titular do Ministério do Trabalho e Previdência



CLÁUDIO TORQUATO DA SILVA
Titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



WASHINGTON CLARK DOS SANTOS
Suplente do Ministério do Trabalho e Previdência



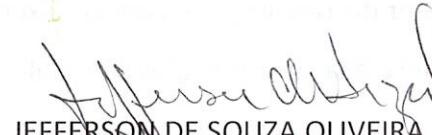
ÁLVARO DA COSTA RONDON NETO
Titular do Ministério da Educação



THIAGO FERNANDES NEVES
Titular do Ministério da Cidadania



JACKELINE NEVES DE ALMEIDA

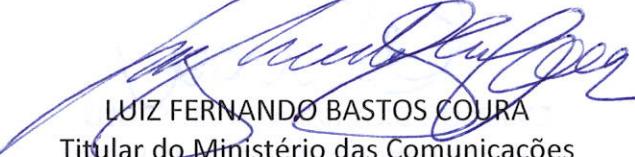


JEFFERSON DE SOUZA OLIVEIRA

RODRIGUES
Titular do Ministério da Saúde

Titular do Ministério de Minas e Energia


WAGNER COELHO SABINO
Suplente do Ministério de Minas e
Energia


LUIZ FERNANDO BASTOS COURA
Titular do Ministério das Comunicações


FERNANDO ANTÔNIO RODRIGUES DIAS
Titular do Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações


Claudio MARCELO ALBUQUERQUE
NASCIMENTO
Suplente do Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações


RODRIGO AUGUSTO DE CARVALHO
COSTA
Titular do Ministério do Meio Ambiente


ROMEU MENDES DO CARMO
Titular do Ministério do
Desenvolvimento Regional


ARTHUR HENRIQUE CASTRO DE
ANDRADE
Titular do Ministério da Mulher, da
Família e dos Direitos Humanos


KELY REJANE DE ALMEIDA ROMÃO
GONZAGA
Titular da Secretaria-Geral da Presidência
da República


PAULO DE LIMA FECURY
Titular da Secretaria de Governo da
Presidência da República

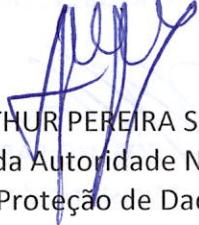

KARIN WEBSTER
Suplente da Controladoria-Geral da
União


FÁBIO RODRIGO MACHADO
Titular da Advocacia-Geral da União


CAIO MOREIRA FERNANDES
Suplente do Banco Central do Brasil



EMERSON DILAMAR VENDRUSCOLO
Titular do Conselho Nacional de Justiça



ARTHUR PEREIRA SABBAT
Titular da Autoridade Nacional de
Proteção de Dados



MARCELO PAIVA FONTENELE
Secretário-Executivo do Comitê Gestor de Segurança da Informação

Aprovo:



Brigadeiro do Ar OSMAR LOOTENS MACHADO

Secretário-Executivo Substituto do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência
da República e Coordenador do Comitê Gestor de Segurança da Informação